



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 059

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 02 DE JUNHO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 059

SESSÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 02

Oradores:

Sr. Heron Arzua 03

Sr. Nestor Bueno 03

Sr. César 08

Des. Munir Karam 12

Interpeladores:

Dep. Elio Rusch 06

Dep. Valdir Rossoni.....09

Dep. Enio Verri..... 14

Dep. Stephanes Júnior 15

Dep. Marcelo Rangel..... 16

Dep. Jocelito Canto 17

Dep. Plauto Miró 19

Encerramento da Sessão:21

Publicações:

Presidência

Atos.....21

Comissão Executiva

Atos.....21

Diretoria Geral

Portarias22

DIÁRIO Nº 059

SESSÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SECRETARIA DA FAZENDA REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2010

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Rosane Ferreira e Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi,

Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademair Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapason, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (53).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Dobrandino da Silva (01).

Abertura da Sessão:

O SR PRESIDENTE (Nelson Justus)

Conforme já havíamos previamente estabelecido, a Sessão de hoje, em cumprimento à Lei Complementar Federal nº 101, de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu artigo 9º, parágrafo 4º, esta Sessão ou parte dela será destinada à Audiência Pública, sobre a prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2009 e do primeiro quadrimestre de 2010, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Oradores:

Sem maiores delongas, passo a palavra ao Exmo. Sr. Secretário da Fazenda, Dr. Heron Arzua.

Sr. Heron Arzua

O SR. HERON ARZUA

Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados componentes da Mesa e Srs. Deputados componentes do Plenário, meus senhores e minhas senhoras.

A Secretaria da Fazenda volta aqui, mais uma vez, para apresentar os quadros relativos ao primeiro quadrimestre, porque eles foram enviados na época certa, publicados, no balanço do Estado e já foram apresentados para o Tribunal de Contas. Temos aqui os quadros tanto do primeiro trimestre deste ano, como do terceiro quadrimestre. Eu consultaria aos nobres Deputados se haveria necessidade de apresentarmos os quadros de 2009.

O SR. ENIO VERRI (PT)

Sr. Presidente, permite-me?

(Assentimento)

Parece-me que como já encerramos o ano, seria interessante discutirmos mais a conjuntura desse ano. Portanto, parece-me que seria mais importante discutirmos o primeiro quadrimestre de 2010, até porque ele também reflete um pouco o quadro do ano passado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sei que todos os Deputados receberam em seus gabinetes o relatório das metas fiscais, da Receita do Estado e das despesas referentes ao último quadrimestre, como também o fechamento do ano. É lógico que poderíamos dispensar a apresentação dessa planilha. Mas temos algumas questões e depois as perguntas nos remetem ao terceiro quadrimestre, ou seja, referentes ao ano de 2009, para que possamos depois fazer alguns esclarecimentos, que talvez achemos necessários.

Acredito que todos os Deputados devem ter feito uma análise dos números e do balanço de 2009 e as dúvidas que existam possam ser levantadas e respondidas, tanto pelo Secretário ou pelo corpo técnico da Secretaria da Fazenda.

O SR. HERON ARZUA

Sugiro que comecemos por 2010. Se for o caso voltamos para 2009.

Sr. Nestor Bueno

O SR. NESTOR BUENO

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Jocelito Canto.

Permita-me, Presidente, que eu destaque o Deputado Jocelito Canto, que é o legítimo representante da nossa querida Ponta Grossa. Por que o faço? Pela humildade e

sinceridade desse Deputado. Cada vez que o Deputado sobe à tribuna, inúmeras vezes ele, com a maior humildade possível e a maior sinceridade, informa que não teve estudo nenhum, que não frequentou escola alguma e que o que ele aprendeu foi na escola da vida. No entanto, esse Deputado tem contribuído enormemente para o ensino do Paraná, como talvez nenhum Deputado o tenha igualado, principalmente ao ensino universitário. E se não fosse a atuação do Deputado Jocelito Canto, Ponta Grossa não teria, no seu *campus* universitário, um dos maiores hospitais do Paraná e mais em condições de atender toda a população dos Campos Gerais. Por isso me desculpe e não posso deixar de fazer esse destaque ao nosso Deputado.

É com imensa satisfação que, mais uma vez, comparecemos à esta Casa, agora para trazer as informações de início sobre o primeiro quadrimestre do corrente exercício. Não posso deixar de informar aos Srs. e Sras. Deputadas que todos esses dados que estamos trazendo, todos eles, desde janeiro de 2003, mensalmente estão à disposição de toda a população na internet. Isso em função do artigo 48 da mencionada lei por V. Exa., a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. E a partir do dia 27 deste mês de maio, passamos a publicar diariamente as modificações ocorridas com a despesa do Estado, em cumprimento à Lei Complementar nº 131, que assim o exige e que modificou e complementou em parte o artigo 48 da Lei nº 101.

Então, de hora em hora, à medida em que despesa do Estado seja realizada, os valores estão sendo modificados na internet. E quanto à receita, semanalmente, porque a receita só é apropriada em função do regime de competência.

Feitas estas informações, vamos iniciar apresentando a primeira página. Nesta primeira página, apresentamos os recursos do Tesouro do Estado comparando o previsto no orçamento com o realizado no primeiro quadrimestre. Como destaque maior é de se observar que neste primeiro quadrimestre a despesa realizada não atingiu a previsão orçamentária. Estamos com uma diferença a menor de 234 milhões. Evidentemente que a receita corrente própria do Estado, a tributária, ela se comportou de maneira um pouco diferente com as demais transferências de responsabilidade da União Federal. Daí esta diferença.

Mas, o que preocupa um pouco é que se essa diferença permanecer nos próximos meses, vamos chegar, como aconteceu no ano passado, com uma diferença entre a receita prevista e a receita realizada, na ordem aproximadamente de 800 milhões. O que preocupa a Fazenda? Preocupa porque não há uma análise mais profunda do crescimento econômico do Estado que possa contribuir por uma arrecadação melhor desta que está prevista e que vem sendo projetada. Principalmente nos preocupam bastante as últimas declarações do Ministro da Fazenda, de que ele vai novamente fazer uma reserva de mais de R\$ 10 bilhões, que somados à reserva já iniciada no começo do ano atinge o total de 31 bilhões, e a justificativa do Ministro é no

sentido de segurar o crescimento econômico do País com uma possível redução do PIB e também com isto tentar segurar uma possibilidade de um crescimento na inflação, e se tudo isto der certo, então, a possibilidade de que os juros possam ser diminuídos.

Nesta página comparamos a receita do Estado do ano passado no mesmo período com a receita deste ano. Os números revelam, são valores nominais, valores da época, mas que se corrigirmos a receita do ano passado, a diferença será, talvez, superior até o que foi arrecadado neste ano.

Nesta página é execução orçamentária, uma página que praticamente repete o que já está nas páginas seguintes. Temos no orçamento uma previsão de receita na ordem de 23 milhões, o orçamento foi encaminhado pelo Dr. Enio Verri a esta Casa, devidamente equilibrado, com uma despesa também fixada em 23 milhões e meio. Já arrecadamos 30% das receitas totais e as despesas foram um pouco menores, atingiram 26,70%.

É bem verdade que ainda estão em andamento alguns empenhos que não foram devidamente liquidados. Na hora que esses empenhos forem liquidados, sem dúvida alguma teremos o equilíbrio total entre a receita e despesa.

Nesta página é uma repetição, temos a receita tributária, o projetado, mas só a receita tributária, ICM, IPVA e outras receitas tributárias. Temos o projetado de janeiro a abril e temos o realizado de janeiro a abril.

Vejam os Srs. e Sras. Deputadas que a receita deste ano, em valores nominais, está devidamente dentro da previsão da Fazenda. Dificilmente em função dos nossos técnicos erramos na previsão da receita.

Agora, é de se destacar o seguinte: esta receita do ICM para os cofres do Estado só entram 60%, e do IPVA para os cofres do Estado só entram 40%. Do ICM 25 pertencem aos Municípios e dos restantes 75% - 20% vai direto na hora em que o banco arrecadador recebe o ICM para a conta do FUNDEB. A mesma coisa acontece com o IPVA - 50% para os Municípios e dos restantes 50%, 20% para o FUNDEB.

Nesta aqui temos o resultado primário. O que é o resultado primário? É a receita primária, é a receita total do Município, menos a receita financeira. E a despesa primária é a despesa total do Estado, menos os serviços da dívida pública.

Observa-se aí que temos um resultado primário na ordem de 1 bilhão 265 mil, o que justifica perante a Secretaria do Tesouro Nacional, que temos condição absoluta de pagar o serviço da dívida deste ano se este resultado permanecer até o final do ano, e estaremos cumprindo o que o Governador do Estado prometeu. O ajuste fiscal firmado pelo Governador com o Tesouro Nacional.

Aqui revelamos o gasto com ensino no primeiro quadrimestre: - observa-se aí que neste primeiro quadrimestre já investimos 24,35% das receitas resultantes dos impostos. Acredito que neste primeiro quadrimestre se

realmente pudéssemos ter considerado os empenhos que ainda não foram liquidados, nós teríamos já ultrapassado um pouco a casa dos 30%. Mas até o final do ano, como já aconteceu no ano passado, prevemos que vamos gastar com ensino mais de 30% da receita resultante com os impostos.

Neste quadro nós mostramos as despesas com pessoal realizada ou despendida com os outros Poderes. O Poder Legislativo tinha condições por disposição constitucional de gastar 3%, nesse primeiro quadrimestre gastou com pessoal somente 2,19%. O Judiciário que podia ter gasto seis gastou só 4,19 e o Ministério Público que podia gastar dois gastou só 1,45%.

Esta é a despesa com o pessoal do Poder Executivo, aqui estamos um pouquinho acima do limite, não dos 49% definidos na Lei Complementar, mas neste primeiro quadrimestre nós exorbitamos um pouco as fixações da 101 e gastamos 45,41% quando deveríamos ter gasto 44,10%. Como a equação exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal é despesa com pessoal receita corrente líquida, essa diferença pequena acontecida se deveu, exclusivamente, a não realização da receita que estava prevista para o primeiro quadrimestre. Acredita-se que no decorrer deste segundo quadrimestre possivelmente se vá buscar esta diferença se a receita a ser realizada se complementar, como nós prevemos que ela vai se complementar.

Aqui apresentamos o resumo da nossa capacidade de endividamento, não posso deixar de destacar que nestes quase oito anos o Estado do Paraná não realizou nenhuma operação de endividamento, de empréstimos e mesmo na chamada ARO, Antecipação de Receita Ordinária, nós não precisamos, neste primeiro quadrimestre como também nos oito anos passados a realizar, desculpem a expressão, mas vou usar a expressão comum: papagaio em qualquer banco. Nós temos uma capacidade, hoje, de investimento na ordem de 2 bilhões e meio. Na ordem de R\$ 2 bilhões e meio nós podemos, sem dúvida alguma, comprometer, pretendemos, até o final do ano não fazer nenhum empréstimo! Se depender da administração fazendária tenho certeza que o Dr. Heron não vai concordar com nenhum empréstimo, principalmente porque a partir do dia 1º de junho nós estamos sem dúvida alguma impossibilitados de fazê-lo. E antecipação de receita ordinária, ou seja CLBARO ou CLB, papagaio também não pretendemos fazer.

Aqui uma relação dos chamados e tão conhecidos e tão debatidos títulos podres. Em 2002 quando esses títulos passaram para o Estado, foram adquiridos por 456 milhões. Se nós perdemos todas as ações que estão ajuizadas pela Procuradoria Geral do Estado nós teremos que pagar ao Banco Itaú 1 bilhão 382 milhões referente a aquisição que foi uma imposição do Governo Federal, quando da privatização do Banco do Estado para concessão do empréstimo para que o banco pudesse ser liquidado, pudesse ser vendido, era necessário que o Estado adquirisse esses títulos. E foi o que aconteceu, o Estado

firmou com o banco a compra desses títulos se comprometendo a pagá-los em 30 prestações. E essas prestações não foram pagas em função de ações do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual. E também sob alegação em juízo pela procuradoria de que esses títulos não eram títulos honestos, que eram títulos já denunciados até pelo Senador Requião, quando Senador, como títulos chamados frios.

Aqui temos uma posição da chamada dívida decorrente do empréstimo realizado para privatização do Banco do Estado. Num primeiro contrato com o Estado do Paraná, emprestaria do Governo Federal para preparar o banco para o leilão das ações, para o leilão da sua participação no capital acionário do banco na ordem de aproximadamente 3 bilhões. Valor esse que corrigido chegou ao final de 1999 em 5 bilhões 661. Não foi todo esse valor que o Estado recebeu de empréstimo. Aí está incluído também o primeiro contrato de assunção de dívida mobiliária feita pelo Governo Federal da dívida mobiliária do Estado do Paraná. Esse valor ainda se as ações, se o Estado não tivesse leiloado as ações referentes a participação no capital do banco e que foram 1 bilhão e 600, o que estaríamos devendo hoje seriam 6 bilhões e 200. Estaríamos devendo, não, teríamos ficado devendo 6 e 200, isso corrigido temos a posição até abril de 2010 com aquela penalidade, com aquela multa tão arguida todo mês de 7 bilhões 997. É evidente, que agora com esta Resolução nº 9 do Senado Federal essa dívida voltará ao patamar do IPCA e não mais da SELIC. E possivelmente ela será diminuída, possivelmente não, porque já na semana passada o Dr. Heron confirmou, o Banco do Brasil responsável pelos cálculos em decorrência da Resolução nº 9 do Senado Federal, de autoria do Senador Osmar Dias, a redução do valor exagerado nessa conta com a penalidade aplicada. E nós teremos possivelmente, na próxima semana, uma redução do total na ordem de R\$ 703 milhões e, também, a devolução da chamada multa, na ordem de R\$ 260 milhões.

Os cálculos encaminhados ao Banco do Brasil, à Secretaria da Fazenda, foram os constantes de 18 planilhas, cada planilha tendo aproximadamente 20 folhas e cada folha com 50 linhas de cálculo. Isso nos levou a uma semana para conferir esses cálculos, mas felizmente, na sexta-feira, o Dr. Heron informou ao Banco do Brasil, e consequentemente à Secretaria do Tesouro Nacional, que concorda com os cálculos realizados.

Há uma pequena diferença que nos reservamos nesse mesmo expediente do Secretário para discutir mais de frente com a Secretaria do Tesouro, porque sempre fazemos os cálculos considerando até a 12ª casa decimal, e o Banco do Brasil só considerou duas casa decimais. Então, a diferença é muito pouco, que de momento, politicamente, não nos era interessante discutir. Vamos receber o dinheiro e depois vamos conversar seriamente com a Secretaria do Tesouro.

Hoje, então, a posição se permanecesse a dívida, a nossa dívida seria de R\$ 9 bilhões, calculado sem a dívida seriam 8 bilhões. Mas, em função da Resolução nº 09, teremos recálculo desse valor, o que vai baixar em torno dos 7 bilhões, quase 8 bilhões.

Aqui, demonstramos o serviço da nossa dívida. Há uma disposição constitucional que o limite da dívida, não podemos passar com o serviço da dívida além dos 11,5% sobre a receita corrente líquida. Não podemos assumir uma dívida que o serviço dela exorbite 1 bilhão e 800. Hoje estamos com 1 bilhão e 200, bem aquém do limite definido do limite legal.

Temos as dívidas dos precatórios, os oitavos constitucionais, que ainda são aqueles remanescentes que foram respeitados pela Constituição de 1988, e que deveriam ser pagos em prestações. A administração que nos antecedeu não pagou esses precatórios e temos ainda um resíduo de 414 milhões. Civil alimentar 1 mil e 300, trabalhistas 67, não alimentar 2 mil e 500. Devemos hoje um total de 4 bilhões e 300 milhões, fora os juros que não estão calculados e que só tomamos conhecimento na hora de fazer o recolhimento.

Os credores por precatórios atingem um número de 2 mil e 700 credores. Quero destacar que em função da PEC nº 062 e dos convênios em decorrência dessa exigência dessa PEC, hoje a responsabilidade do Estado é tão somente recolher ao Poder Judiciário 2% sobre a receita corrente líquida dos últimos 12 meses.

Informo aos Srs. e Sras. Deputadas que, já nesse primeiro quadrimestre, recolhemos 75 milhões em números redondos ao Tribunal de Justiça, para que o Tribunal de Justiça possa efetuar o pagamento dos credores por precatórios.

Temos um comparativo da dívida pública do Estado de 2009 com 2010. Na mesma época, em 2009, apresentamos aqui nesta Casa uma dívida na ordem de 2 mil 179. Hoje, no dia 30 de abril, essa dívida chega ao valor de 20 mil 209.

Houve uma queda do dólar, uma queda e uma alta em alguns índices e também uma amortização, até certo ponto bem expressiva, da nossa dívida.

Era o que tínhamos a informar, cumprindo o que exige a Lei nº 101, e nos colocamos à disposição para qualquer informação adicional.

Muito obrigado.

Interpeladores:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero agradecer ao Dr. Bueno pela explanação, cumprimentá-la e deixar a palavra para que os Srs. Deputados possam inquiri-lo dentro daquilo que preconiza a nossa Audiência Pública.

O Deputado Elio Rusch foi o primeiro inscrito, depois o Deputado Valdir Rossoni.

Passo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Gostaria de cumprimentar o Deputado e Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, Deputados e Deputadas aqui presentes, de uma forma muito especial o Secretário da Fazenda, Heron Arzua, que sempre tem se prontificado a vir a esta Casa, junto com o seu corpo técnico, a explanação sempre feita pelo Dr. Nestor, e debater com os Parlamentares aquilo que interessa à sociedade do Paraná. Ouvindo a explanação, a primeira pergunta que gostaríamos de fazer é em relação efetivamente à receita do Estado do Paraná desse primeiro quadrimestre.

É importante que se diga que a Assembleia Legislativa votou, no mês de março, uma lei do Governo do Estado, onde solicitava um reajuste de 5% para o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Naquela ocasião apresentamos uma emenda, já que a lei não fixava a data-base ou a data de implantação desse reajuste para o quadro geral. A lei, no seu artigo 5º, diz o seguinte: *O reajuste será implantado de acordo com a disponibilidade econômica e financeira do Estado.*

A nossa emenda foi rejeitada. Entendemos que a disponibilidade econômica e financeira do Estado logicamente depende do aumento e da diminuição da receita do Estado. Aquele quadro que o Dr. Nestor apresentou na folha nº 3, mostra claro que o Estado teve um incremento na sua receita no seu primeiro quadrimestre.

Em 2009, de janeiro a abril, tivemos uma receita de 5 bilhões 963 milhões, e esta ano, no primeiro quadrimestre, tivemos uma receita de R\$ 6 bilhões 766 milhões. Ou seja, 13,47% acima daquilo que havíamos arrecadado no ano passado.

Eu via as declarações e as manifestações da própria Secretaria da Fazenda pedindo para que não se aplicasse esse reajuste, diante da dificuldade econômica que o Estado estaria atravessando. Se levarmos em consideração que tivemos uma inflação nesses últimos 12 meses algo em torno de 5%, e esses 5% que a Assembleia tem autorizado o Governo do Estado de reajustar o salário do quadro geral, ele se enquadra perfeitamente na receita que tivemos no Estado do Paraná.

Entendo, Dr. Nestor, uma receita superior de 13,47% em valores nominais - lógico que não são valores corrigidos - diante de uma inflação que poderíamos perfeitamente aplicar esse reajuste para os nossos funcionários de acordo com a lei que aprovamos aqui na Casa, embora pequena, e a data-base do funcionalismo público, se não estou enganado, é no mês de maio, e tivemos uma receita superior ao ano passado. Lógico, talvez seja uma receita a menor do que o projetado, e já que estamos falando aqui não só para nós, Deputados, e para a Secretaria da Fazenda, mas também para a sociedade do Paraná, que está nos assistindo através da TV SINAL, é importante que se diga para as pessoas que estão em casa que a peça orçamentária estima uma receita e fixa despesas.

Talvez o orçamento tenha sido superestimado no ano passado, quando da elaboração do mesmo, já que tivemos um aumento na receita nominal de 13,47%.

Aí pergunto ao Dr. Nestor, ao nosso Secretário: qual é a posição da Secretaria da Fazenda em relação a esse reajuste que aprovamos no mês de março e que até agora não foi implantado?

O SR. HERON ARZUA

Naturalmente a Fazenda, ou as Fazendas em geral, são muito cautelosas. Quero dizer ao Deputado que eu não gostaria de entregar o Governo do Paraná, ao próximo Governador como recebemos em janeiro de 2003. Gostaria de entregar ao novo Governador, seja ele quem for, com as contas absolutamente equilibradas.

Então, tivemos uma posição de cautela. Como primeira posição recomendamos ao Governador Roberto Requião que não fizesse reajuste aos funcionários neste ano até termos uma visão melhor do que iria acontecer, em primeiro lugar em função da Lei de Responsabilidade Fiscal, que os senhores notaram no quadro que já estamos passando do alerta do Tribunal de Contas, mas principalmente em função dos compromissos assumidos em relação ao pessoal compromissos passados e futuros - passados tivemos que fazer uma porção de reajustes, inclusive dos auditores fiscais neste mês houve um ingresso de grande quantidade de policiais militares; temos uma previsão de pessoal na Saúde muito grande, em função dos inúmeros hospitais que serão inaugurados e que há um cálculo da Secretaria da Saúde de que precisaríamos de quatro profissionais para cada leito. Na nossa visão, as despesas de pessoal vão crescer extraordinariamente este ano.

Então, não gostaríamos de, no começo do ano, já estarmos sem saber efetivamente o que vai acontecer não só em relação à receita mas principalmente com relação às despesas, e quero dizer que financeiramente aquilo que a Secretaria da Fazenda desembolsa, já estamos com um índice de 53%.

Em função dos conceitos de o que é despesa de pessoal, ainda estamos em 44 e qualquer coisa, mas o que gastamos já estamos em 53%. Então, foi uma posição cautelosa nossa de primeiro dizer ao Governador Roberto Requião: não mande já esta correção dos salários, e vamos aguardar um pouco para ver o que vai acontecer. Mas o Governador, como sempre, disse: "Não, isso nós resolvemos, não tem problema". Saiu a lei e nós, no começo de abril, quando o Governador Pessuti assumiu, mostramos a ele as contas e o que vem de despesa em relação a pessoal neste ano, que estavam vindo promoções, Saúde, agricultura, policiais agentes penitenciários, e agora, principalmente o pessoal de Saúde.

O Deputado Jocelito, que está inaugurando o hospital de Ponta Grossa, pode dizer quanta gente vamos precisar, e não é só um hospital, são vários hospitais que vão ser inaugurados.

Então, foi uma posição de cautela. Fomos primeiro contra dar esse aumento de 5% depois recomendamos ao Governador que aguardasse um pouco para ver o que acontecia, porque não gostaríamos de ultrapassar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em segundo lugar, não gostaríamos de entregar o Governo com uma situação financeira difícil. Se fizer uma análise somente dos semestres, que cresceu quase 14% tomara que isso continue assim, sem olhar o quadro de despesas já realizadas e o que vem por aí, os senhores poderão notar a preocupação da Fazenda. Então, essa é uma posição de cautela, aliás, é nossa obrigação mesmo. Gostaria de passar o Governo com as finanças absolutamente em dia, organizadas, mesmo em relação às despesas de pessoal, sem ultrapassar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. NESTOR BUENO

Vou complementar mais um pouco. Gostaria de informar ao Deputado que não pode haver uma vinculação da despesa com pessoal tão somente sobre a receita tributária. A vinculação, a equação exigida pela 101 é uma vinculação da despesa com pessoal e a receita corrente líquida. E o Deputado pôde observar, neste primeiro quadro que nós mostramos, que estamos com uma realização da despesa a menor no primeiro quadrimestre, de 234 milhões sobre o que está previsto no orçamento. O que importa isso dizer? Se essa diminuição acontecer até o final do ano vamos ter que cortar despesa com pessoal, que foi programada pela Secretaria da Administração do Estado. Comparar despesa com pessoal com receita do ano anterior, desculpe Deputado, mas não tem cabimento algum. Eu não comparo de maneira alguma, não usamos financeiramente comparações, para efeito financeiro, de receita deste ano com receita do ano passado. Nós vivemos um orçamento que é um orçamento por programa, onde está todo o plano do Governo elencado. Se não tivéssemos aconselhado o Governador que protelasse um pouco o pagamento do aumento, poderíamos correr um risco de agora em maio já estarmos infringindo o percentual de despesa com pessoal.

Quero só lhe dar uma informação, que o mês de maio também não houve sucesso maior na arrecadação comparada com o orçamento, acredito, não fechamos o contábil, mas num fechamento inicial essa diferença menor do que está projetado de receita no orçamento vai passar dos R\$ 330 milhões.

Veja que a preocupação do Secretário da Fazenda não foi sem fundamento. E mais ainda, o que preocupava a Fazenda é essa declaração do Ministro da Fazenda de segurar o crescimento econômico do País. Então, não podíamos correr um risco e, amanhã ou depois, chegar a um final de um exercício, final de um mês, sem poder cumprir uma folha de pagamento. Nós fechamos o dia 31, para cumprir a atual folha, líquida, na ordem de 691 milhões com o caixa quase a zero.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Permita-me dizer, que sempre acho importante essas Audiências Públicas, e até o respeito mútuo que sempre devotamos uns aos outros, mas cada vez que V. Exas. culpam ainda o Governo passado. O Governo passado é o Roberto Requião. Ainda recorrem o tempo do Jaime Lerner. Falar do Governo passado e atual não é esse nosso objetivo. Poderíamos falar lá no tempo do Jaime Lerner, que tínhamos todos os aposentados na folha de pagamento. E o que se fez naquele Governo foi uma coisa boa e criar a ParanaPrevidência. E sobre isso vou perguntar depois.

A ParanaPrevidência serviu de referência para o Brasil e muitos Municípios têm copiado. Pena que o atual Governador não está cumprindo com a sua obrigação de pagar as parcelas para tornar a ParanaPrevidência sólida, para que possa garantir os futuros aposentados que estão na ativa hoje. Ninguém quer pegar Governo ruim. E dizer também que não tem cabimento fazer uma relação entre a receita do ano passado e deste ano. Procurei ser muito cortês com V. Exas., mas sempre vejo, do lado de lá, algumas agressões.

Respeito o Dr. Nestor e sempre faço as melhores referências a V. Exas., mas dizer que não tem cabimento nenhum fazer uma avaliação em relação à receita deste ano e da do ano passado. Claro que tem! Mostrar para a sociedade do Paraná, que o Paraná arrecadou mais este ano que o ano passado. É importante que se diga isso para a sociedade. Houve algumas perdas? Houve sim. Poderíamos até citar. Houve perdas principalmente no setor do álcool, arrecadamos quase 5% a menos. Quando a frota de veículos aumentou consideravelmente no Estado do Paraná. Quando a maioria dos carros é flex e a grande maioria abastece com álcool, como vamos justificar uma diminuição na receita do ICMS do setor alcooleiro. Qual é a explicação que a Secretaria poderia dar sobre isso? Houve redução nos setores primários, no feijão, no milho, mas no álcool houve aumento da venda. A que se deve essa diminuição na receita do ICMS do álcool?

O SR. HERON ARZUA

Em primeiro lugar quero deixar registrado que eu jamais, em tempo algum, critiquei o Governador Jaime Lerner, até porque fui 12 anos Procurador Geral dele na Prefeitura de Curitiba e ele é meu amigo. Apenas ressalttei uma situação de Governo, que recebemos e não culpo o Governador, são condições. Pode ser até que nos entreguemos o Governo em condições piores. Vai depender da economia, depender da receita, depender das despesas. Quero que fique bem claro isso, não critiquei em nenhum momento o ex-Governador Jaime Lerner e nem o Nestor criticou. O Nestor foi Secretário da Fazenda do Jaime Lerner 12 anos. O que procuramos mostrar é a situação de dificuldade que não gostaríamos que um novo Governo, quando recebesse esse Governo, viesse dizer que não fizemos uma administração séria.

Quanto à questão do álcool, hoje por coincidência, todos os delegados da Receita do Estado estão reunidos aqui em Curitiba, junto com o coordenador de Receita, tratando, especificamente, da questão do álcool. Aliás, vai ser uma reportagem muito grande no domingo na Gazeta do Povo. Ao meu ver essa queda é sonegação, pura e simples sonegação.

Estamos com muitas dificuldades de enfrentar uma bandidagem que está existindo no Brasil. Não é só no Paraná, é no País inteiro. O Sindicato dos Combustíveis está aliado conosco, o Ministério Público também. Estamos fazendo um apelo ao Poder Judiciário, para que deixe de dar liminar para essas empresas que são criadas num dia e desaparecem no dia seguinte, que levam o nosso imposto e você nem sabe mais quem são essas pessoas.

Então, o caso do álcool é específico e há sonegação. Esse é o meu diagnóstico. Pergunto ao Dr. Nestor se queria conversar com o Deputado.

O SR. NESTOR BUENO

Quero complementar sua informação. Quero mostrar ao Deputado, por quem tenho um grande respeito e sempre assisto aos seus pronunciamentos, toda noite, pela televisão.

Veja o senhor o seguinte: neste quadro temos a receita de 2009 e de 2010, mas temos também essas mesmas receitas calculadas em valores constantes e se observa aí, Deputado, a diferença entre o que foi arrecadado em 2009 com o que foi arrecadado, no mesmo prazo, neste primeiro quadrimestre de 2010, que chegou a R\$ 6 milhões e 800 mil. A diferença é 500 milhões e, consequentemente, o percentual de aumento é de tão somente 8%. É por isso que temos que ter um pouco de cautela.

Posso informar a V. Exa., ainda, que neste primeiro quadrimestre, veja o senhor neste quadro o seguinte: o total de despesas chegou a 8,25% e tivemos um receita real, neste primeiro quadrimestre, de 8% e uma despesa, também, de 8,25%. Veja como conseguimos equilibrar a receita com a despesa e não ficar devendo muito para muita gente.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, lógico, tenho uma porção de perguntas. Talvez, até uma forma de esclarecimento, o que nos chama muito a atenção, só espero que não sejamos mal interpretados e que não venham dizer, depois, que o Deputado Elio Rusch e que os Deputados de Oposição são contra as APAEs. Pelo contrário, entendemos que as escolas especializadas, as APAEs e Pestalozzi merecem, precisam de todo nosso respeito e precisam do nosso apoio financeiro. No entanto, se fizermos uma avaliação e eu tenho feito isso e, agora, vou recorrer lá ao último quadrimestre e, também, aos últimos anos dos repasses que foram feitos.

Sei que dificilmente, Dr. Heron, possamos responder agora, mas eu deixaria para que a Secretaria nos fornecesse, no transcorrer da semana, as informações que levantamos, junto com a nossa assessoria, dos repasses que o Estado fez para as ONGs, ou seja, para as OSCIPs, nos últimos anos. O Estado repassou muito mais recursos para as ONGs do que para os Municípios a fundo perdido. Se pegarmos levantamentos dos números, de 2003 a 2009, o Estado tem repassado a fundo perdido para os Municípios R\$ 707 milhões e para as ONGs R\$ 1 bilhão 056 milhões. Vamos pegar só os anos de 2009 e 2008, só os dois últimos anos. Em 2009, foi repassado para os Municípios a fundo perdido R\$ 148 milhões, para as ONGs R\$ 148 milhões 700 mil, quase igual. Em 2008, e aí que vem a diferença, que não sei qual é a coincidência, para os Municípios foi repassado R\$ 108 milhões a fundo perdido e para as ONGs R\$ 204 milhões.

Então, se a Secretaria pudesse nos fornecer, de 2009, 2008 e de 2007, que é mais assustador ainda.

Para os Municípios foram repassados R\$ 91 milhões a fundo perdido e para as ONGs 173 milhões. O que representa esse valor para as APAEs, para as escolas especializadas ou aquelas outras Organizações Não-Governamentais, que receberam recursos do Governo do Estado? Para que pudéssemos aqui também fazer, ao nosso juízo. Para quem foi o dinheiro? Qual é o percentual? Quanto que representam as APAEs, já temos o percentual e o que representa efetivamente isso para as APAEs? Essa informação, Dr. Heron, seria muito importante que fosse repassada para nós, Deputados, nos próximos dias.

O SR. EHRON ARZUA

Deputado, lembrar a V. Exa, que hoje a Secretaria da Fazenda é o Tesouro do Estado. A Secretaria da Fazenda não planeja o plano de Governo. Quem faz isso é a Secretaria do Planejamento. Demais disto, esta pergunta que deve ser feita às Secretarias, que receberam a incumbência de colocar nos seus orçamentos essas despesas. Somos responsáveis apenas pelo pagamento solicitado, por quem realizou essa despesa.

Gostaria que o Dr. César, que é o Coordenador da Administração Financeira da Secretaria da Fazenda, pudesse complementar também essa nova informação.

Sr. César

O SR. CÉSAR

Boa-tarde, Deputados.

A Secretaria da Fazenda contabiliza essas informações. Já houve uma consulta de alguém para saber quanto repassávamos para as ONGs e OSCIPs. O nosso sistema é feito pelo cadastramento, CPF e CNPJ das empresas. Não temos como identificar as OSCIPs, as ONGs, para dar essa informação. Estamos implantando um novo sistema. Estamos tentando colocar um código, para identificar o que é uma APAE, uma ONG ou uma OSCIP.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

É importante que se diga que são as ONGs, as OSCIPs e também as entidades de utilidade pública.

O SR. CÉSAR

Exato.

Estamos tentando colocar um código, mas isso vai ser lá por 2011, 2012, no novo sistema. Se nos derem a relação, em uma determinada empresa, temos condições de pegar como ela está aberta no sistema, no site Gestão do Dinheiro Público. Você verá todos os pagamentos. Ou coloca o CNPJ da empresa e vai saber quem pagou para cada empresa.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Estamos aqui no Parlamento e não estamos no Executivo. Já que a Audiência Pública trata exatamente da questão das metas orçamentárias e fiscais, que a Secretaria da Fazenda, que faz o pagamento, buscasse na Secretaria afim essas informações que solicitamos hoje, para que pudéssemos receber essa resposta. Fazemos essa solicitação encarecidamente, para que possamos dizer para a sociedade do Paraná de que forma e onde foram aplicadas da melhor forma.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Deputado Elio, talvez V. Exa. pudesse fazer um requerimento à Mesa. Uma vez que foi dito pelo Dr. Nestor que eles não têm como explicar, para que a Secretaria do Planejamento ou a Casa Civil respondam V. Exa. e a toda esta Casa essa indagação que faz justiça. É bom termos esses dados e números em mãos, para que possamos esclarecer a situação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Temos que cortar caminho, Deputado Nereu. Muitas vezes você poder cortar o caminho pelo relacionamento amistoso que temos com a Secretaria da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni e, em seguida, Deputado Enio Verri e Stephanes Júnior.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço, Sr. Presidente.

Cumprimento aqui os servidores da Secretaria da Fazenda e dizer que estamos procurando cumprir o nosso compromisso público e fazermos esse trabalho. Este questionamento sobre ONGs, OSCIPs, quando eu ainda era Líder da Oposição foi feito, e quando pedimos os esclarecimentos para o órgão competente, criou-se um movimento no Estado e dentro do próprio Governo, dizendo que a Liderança da Oposição era contra os recursos que eram repassados para as APAEs. Verdadeiro absurdo! E sobre esse argumento não vieram esclarecimentos.

Está certo aqui o posicionamento do Deputado Elio Rusch. Nada melhor do que sabermos quais foram as ONGs e OSCIPs que receberam esses recursos, até para que tenhamos conhecimento. Mas, quero dizer aqui que não será através de requerimento, porque esses requerimentos foram feitos e não recebemos os esclarecimentos. Além de não recebermos os esclarecimentos, fomos almeçados de uma forma não correta, dizendo que a Liderança da Oposição era contrária aos repasses dos recursos para as APAEs. Isto ocorreu e não tivemos esclarecimentos. Não culpo a Secretaria da Fazenda, mas a culpa é do Governo por não ter trazido os esclarecimentos que eram necessários.

Vi aqui a exposição do Dr. Heron quando se falou do aumento dos servidores. E para mim não ficou claro. Era para ter sido implantado esse aumento aos servidores na folha deste mês, agora vi manifestações do Governador Pessuti que será implantado para o próximo mês. Gostaríamos de saber, se possível, será implantado o reajuste? Não será implantado? Ou quando poderá ser implantado?

O SR. HERON ARZUA

Deputado Valdir Rossoni, a decisão do Governador é no sentimento de na folha de junho pagar os 5% de maio e mais o 5% de junho que ficam definitivamente incorporados à folha de salários. Para nós foi bom isso, nos deu uma folga. Teríamos dificuldades financeiras efetivas de cumprir uma folha desse tamanho. A folha de pessoal cresce diariamente sem fazermos absolutamente nada. Se ficarmos todos imobilizados ela cresce violentamente todo mês. Principalmente no setor de Educação, que é um setor muito delicado. O Governador decidiu pagar desde maio, como foi aprovado pela lei da Assembleia, com 30 dias de atraso, mas somado.

Agora, Deputado, quanto às ONGs, penso que efetivamente poderíamos fazer um esforço junto à Secretaria da Educação, da Saúde, da Criança, que são as Secretarias que nos mandam a conta para se pagar. Penso que há possibilidade de identificar isso. A Secretaria da Fazenda é como se fosse um banco, nós somos o caixa, estamos ali no guichê e recebemos a continha para pagar. Nós só temos autonomia em relação à dívida pública, que é por nós organizada, e nas outras questões todas sabemos tanto quanto os senhores. As contas vêm para pagarmos, pagamos, mas não sabemos normalmente a origem e o porquê disso. Talvez o Deputado Enio Verri que foi Secretário do Planejamento e é economista pudesse explicar como isso acontece, porque na Fazenda não temos como dizer aqui, agora se a APAE dos deficientes, se a Epheta, se a Pastoral da Criança que foi talvez a que mais tenha recebido dinheiro, mas acho que podemos fazer essa identificação e mandar para a Assembleia.

Quero dizer a V. Exa., que nenhum requerimento que a Assembleia mandou para a Secretaria da Fazenda nunca deixamos de responder. Quando não podíamos responder nós íamos atrás do Deputado e dizíamos - olha, estamos com dificuldades - o que chegou para nós, nós respondemos.

Mas se isso aconteceu, e eu acredito que tenha acontecido, é uma desvirtude do Governo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É, eu apenas fiz o registro aqui porque é verdade, sei que não é de competência da Secretaria de Finanças, mas fiz o registro porque houve uma sugestão de aprovarmos novamente aqui um requerimento.

Ouvi aqui de um dos expositores de que o atual Governo não teria contraído nenhum empréstimo - foi isso que ouvi, Dr. Nestor. Foi isso que ouvi, então não estou equivocado.

Só nos últimos dias nós aprovamos aqui nesta Casa a Lei nº 16350 que aprova um financiamento do BID e que compromete receitas, de 51 bilhões, acho que não pode ser bilhões, está escrito bilhões, mas deve ser milhões.

E o outro empréstimo que aprovamos há pouco tempo também sobre a Lei nº 16473 é o empréstimo de 229 milhões para infraestrutura da Copa.

Então, é só para contestar de que foi feito empréstimo sim e esta Casa autorizou sobre a Lei nº 16473 e a Lei nº 16350. Só se eu estiver equivocado e a lei estiver errada, não sei...

O SR. HERON ARZUA

Não, não fizemos nenhum empréstimo, nem com autorização da Assembleia não pegamos dinheiro nenhum, até porque não é grande virtude nossa. Era uma filosofia do Governador Requião não pegar dinheiro de ninguém. Mas não é grande virtude nossa, porque fomos impedidos. A Secretaria do Tesouro Nacional, jamais daria o aval enquanto não resolvêssemos a pendência dos títulos que estão em nosso poder de Guarulhos, Osasco e Santa Catarina...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, Dr. Heron, não, eu concordo com V. Exa., mas o que eu quero dizer é o seguinte: o próprio Governo pediu autorização através de projeto de lei para que a Assembleia, e a Assembleia autorizou, e se a Assembleia autorizou e não teve voto contrário é porque concordávamos, houve autorização. O que acontecia é que o Governo não estava habilitado a contratar.

O SR. HERON ARZUA

Vamos deixar para o próximo Governo fazer esse empréstimo.

O SR. NESTOR BUENO

Se ele quiser.

O SR. HERON ARZUA

Se ele quiser, porque isso aí era obrigação nossa, não é nem do Estado do Paraná, algumas coisas são da Copa do Mundo, se o Paraná não fizesse isso a Cidade de Curitiba não seria sede, o Estado do Paraná não estaria contemplado e bem o Clube Atlético Paranaense, lá com a Arena.

Então, a nossa obrigação e a obrigação do Estado foi permitir esses empréstimos, inclusive para o famoso PAC do Governo Federal, mas nós não pagamos nenhum dinheiro e não pretendemos pegar e o próximo Governo vai verificar se é conveniente fazer esse empréstimo ou não, porque ele pode chegar à conclusão que não vale a pena.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, é verídico o que estou falando foi encaminhado pelo próprio Governo, não foi pego o dinheiro, mas a lei foi aprovada por esta Casa e está autorizado.

O SR. NESTOR BUENO

Deputado, está aprovado, acontecem duas coisa que o Dr. Heron já explicou: não podemos realizar empréstimos algum a partir de 1º de junho, a partir deste mês, estamos proibidos por disposição legal. Então, a aprovação da Assembleia só aproveita se o Governo que nos suceder, a partir de 1º de janeiro de 2011, resolver tomar um empréstimo. Se ele achar que não deve emprestar não empresta. Mesmo que não fosse o dia 1º o dia fatal para fazermos empréstimo se chegasse à Secretaria do Tesouro Nacional, não seria autorizado porque temos uma pendência que mostramos no quadro: nós devemos, até decisão judicial R\$ 1 bilhão e 300 milhões ao Banco Itaú.

Mais uma informação: se ganharmos todas as ações que estão *sub judice* nós não vamos pagar os títulos emitidos por Osasco, Guarulhos e Santa Catarina. Todavia os títulos emitidos por Alagoas que hoje estão na ordem de 800 milhões teremos que pagar. E por que teremos que pagar estes 800 milhões? Em função do contrato existente, a administração anterior recebeu títulos federais do Estado de Alagoas para solução desta dívida, monetizou estes títulos e aplicou o dinheiro. Então, esse dinheiro o Estado de Alagoas não nos deve, mas nós, o Estado do Paraná, estamos devendo ao Banco Itaú e vamos ter que resolver essa pendência com o Banco Itaú. Uma pendência que impede a Secretaria do Tesouro de liberar qualquer pedido de empréstimo ao Governo do Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Aqui chegou um projeto de lei pedindo para esta Casa autorizar o Governo a negociar os títulos de Alagoas com deságio, isso se concretizou?

O SR. HERON ARZUA

O Governador Teotônio Vilela ligou para nós dizendo que estava mandando 105 milhões...

O SR. NESTOR BUENO

Mas é outro problema, é um problema de um empréstimo realizado do Estado do Paraná ao Estado de Alagoas, não tem nada a ver com os títulos.

O SR. HERON ARZUA

Mas era decorrente do título, a Assembleia autorizou, o Governador de Alagoas veio ao Paraná pedir que o Estado recebesse só o principal e não os juros que não seriam grande coisa, O Governador Roberto Requião, eu assisti a reunião, disse a ele que se não fosse pela Lei de Responsabilidade Fiscal ele mandaria uma mensagem a Assembleia perdendo a dívida do Estado de Alagoas, em função das condições econômicas financeiras do Estado de Alagoas mas nós aceitávamos e se a Assembleia concordasse nós faríamos isso. Quero reiterar aqui que Alagoas cumpriu, agora no final do mês de março ela mandou o dinheiro, nem nos avisou quando vimos tinha 105 milhões na conta, ficamos meio quietos porque não sabíamos bem o que estava acontecendo, é um milagre! Mas o Governador nos ligou dizendo que pagou e que por favor mandássemos um recibo porque ele está fazendo um empréstimo com o BID e sem esse recibo eles não conseguem receber. Alagoas fez um grande empréstimo e se não resolvesse esta pendência com o Paraná eles não poderiam fazer.

Numa reunião que tivemos com o Ministro da Fazenda, agora no dia 02 de abril, 03 de abril o próprio Ministro disse para o Governador Pessuti: “Vocês não podem receber empréstimo nenhum, vocês estão com o problema de Alagoas”. O problema de Alagoas existe e é a primeira vez que vejo um Estado ser penalizado por ser credor, porque fomos penalizados por sermos credores de Alagoas e não por ser devedor. O contrato que o Governo anterior fez com Alagoas, e fê-lo muito bem patrocinado pelo Governo Federal, só que por essas circunstâncias incríveis que acontecem o contrato foi assinado no dia seguinte a publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal que proibia empréstimos entre Estados. Aí o próprio Governo Federal que tinha incentivado o Governo do Paraná a fazer esse acerto com Alagoas nos colocou como inadimplentes em função de um contrato que tínhamos que foi negociado pelo Banco Central. O Paraná apenas obedeceu, autorizado e patrocinado pelo Ministério da Fazenda. E aí nós ficamos inadimplentes.

O SR. NESTOR BUENO

Inclusive emitiu títulos federais de 106 milhões para Alagoas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Queria esclarecer, porque naquela data o Governador de Alagoas ligou para mim pedindo que a nossa bancada votasse favoravelmente a autorização para que o Governo do Paraná... e eu não tinha conhecimento desse dinheiro. Achei que o milagre era tão grande que... mas o milagre aconteceu.

Agora vou fazer quase que uma provocação Dr. Heron. O senhor disse aqui e eu reconheço publicamente, V. Exa. tem ao longo da sua história de sua vida pública tem marcado pontos positivos e tem uma admiração e um

respeito, pelo menos da minha pessoa pela sua atuação à frente a Secretaria de Finanças. Eu, acho que critiquei todo mundo nesse Governo, acho que não critiquei V. Exa., até porque fui um Líder de oposição o meu papel era fiscalização e o Governo sempre é contraditório. Mas vou dizer para V. Exa. uma coisa que vai ficar marcada, o senhor não vai entregar as finanças do Estado em dia para o próximo Governador como é o seu desejo. Vou dizer o porquê. Porque quando um Governo, sai e outro entra o Governo que entra honra o compromisso do que saiu. Isso foi ao longo da história, quando Cannel construiu todas aquelas rodovias o próximo Governo pagou a conta e assim veio sucessivamente. Mas o senhor não vai entregar as finanças em dia porque o Governo do Paraná não honrou o compromisso com o ParanaPrevidência.

As negociações e a construção da ParanaPrevidência, segundo o que nós temos lido ao longo do tempo, foi uma engenharia muito bem elaborada para a construção da ParanaPrevidência, existe um compromisso do Governo do Paraná com o ParanaPrevidência que esse Governo esqueceu. Ele só pode ter esquecido ou fez de conta que não existia. E esta inadimplência com o ParanaPrevidência, mesmo que o senhor seja o competente como já falei, só poderá ser regularizado essa situação para entregar para o próximo Governo se for milagreiro. Porque este compromisso desde o primeiro dia do Governo em 2003, que teria que ter iniciado o pagamento desse parcelamento não aconteceu. Não aconteceu nenhum pagamento. Então por maior esforço que V. Exa. faça para entregar as finanças em dia, vai ter que tirar isso aqui da contabilidade, porque desde 2005 o Governo não cumpriu com esse compromisso com o ParanaPrevidência. Pelo menos, só se o senhor me convencer do contrário.

O SR. HERON ARZUA

Não teria essa pretensão. O que ouço dizer é que não devemos nada para a Previdência. Uma coisa é ativo atuarial, passivo atuarial, outra coisa é dívida. O Estado não reconhece essa dívida. Mas eu prudentemente...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Dr. Heron, como não reconhece? O Governo anterior, se espertamente ou não espertamente, ao construir a engenharia da ParanaPrevidência, parcelou a capitalização da ParanaPrevidência. Como é que o Governo não vai reconhecer um compromisso do próprio Governo?

O SR. HERON ARZUA

Não entro nessa discussão, até porque não entendo disso. Mas me socorri, sabia que vinha aqui hoje, cada vez que venho à Assembleia vem esse negócio da ParanaPrevidência. Então, pedi para o Desembargador Munir Karam, vir aqui me explicar esse negócio de ativo atuarial, passivo atuarial, que vai acontecer nos próximos 50 anos no Estado do Paraná, em termos de ParanaPrevidência.

Muito obrigado ao Desembargador Munir Karam, por ter vindo aqui nos ajudar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Fiz esse questionamento porque pelo que tenho conhecimento, é a conclusão que tenho, de repente o Desembargador vai me convencer ao contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Com a palavra o Desembargador Munir Karam.

Desembargador Munir Karam

O SR. DESEMBAGADOR MUNIR KARAM

Deputada Cida Borghetti, que preside a Sessão neste momento, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Secretário Heron Arzua, agradeço o convite que o Secretário me fez para compor aqui a bancada da Secretaria da Fazenda nesta Audiência Pública, que todo o ano é acompanhada com uma grande expectativa pela sociedade paranaense.

Quero também manifestar inicialmente que tenho acompanhado as manifestações e o interesse pela ParanaPrevidência, em especial pelo Deputado Elio Rusch, que sempre tem tido uma atitude muito proativa em função da ParanaPrevidência, sempre muito acautelador e muito preocupado com o nosso fundo previdenciário, fundo capitalizador da ParanaPrevidência, e também o Deputado Valdir Rossoni. Isso é muito importante. É um patrimônio que o Estado conseguiu ao servidor do Paraná, é a garantia que ele terá os seus benefícios pagos ao longo do seu período de inatividade.

A ParanaPrevidência é um modelo novo, que está servindo de parâmetros para todo o Brasil e que fez uma segregação de massas, o fundo financeiro que é o antigo fundo, o fundo de repartição que é bancado pela Fazenda Estadual. E o fundo criado dentro do Governo Lerner ainda, que é o fundo de previdência, que é um fundo capitalizado, que é um fundo autossustentado. Mas, como sabemos, tanto o Estado quanto os Municípios têm dificuldade de buscar novos recursos para constituir um fundo capitalizado, que seja ao mesmo tempo rentável e autossustentável, sem onerar os recursos próprios financeiros e orçamentários da Fazenda Pública.

O Paraná está enfrentando esse desafio. Esse novo fundo previdenciário. Deputado Rossoni hoje cobre mais ou menos os benefícios de 15% da massa de aposentados e pensionistas. Mas os 85% remanescentes continuam sendo cobertos pelo fundo financeiro, as despesas, portanto, da Fazenda Estadual.

Esse fundo previdenciário capitalizado hoje possui ativos financeiros líquidos depositados no Banco Central, custodiados pelo Banco do Brasil, que supera R\$ 5 bilhões. Esse fundo previdenciário, que equivale ao fundo da real grandeza, para que V. Exas. tenham uma noção exata, ele vem sendo capitalizado ano a ano.

Em 2008, ele se capitalizou, ou seja, ele recebeu deduzindo os benefícios pagos, em R\$ 600 milhões. No ano de 2009 ele se capitalizou em R\$ 700 milhões. Esse ano corrente ele já tem uma capitalização superior a R\$ 300 milhões.

Agora, como em todo sistema previdenciário, temos o passivo atuarial, que são os compromissos de responsabilidade do Estado, na verdade são créditos do fundo previdenciário.

Aquilo que é de responsabilidade do Estado passa a ser um haver atuarial por parte da ParanaPrevidência.

Essas duas massas se equilibram, ou seja, os benefícios que a ParanaPrevidência tem à pagar no tempo corrente e no tempo futuro, de 75 anos, eles são cobertos por contribuições do servidor, pela contrapartida do Estado e por outros ativos que ali são alocados de responsabilidade do Estado.

São compromissos de longuíssimo prazo, são compromissos atuariais, escriturais, dos quais no momento não podemos dizer que tenham liquidez ou exigibilidade.

Deputado Rossoni, aí é que, vem a parte mais delicada do nosso sistema previdenciário. Se o passivo atuarial, esses compromissos estimativos e gráficos do Estado ao longo do tempo, são cobertos pelos ativos atuariais, portanto deveriam estar em permanente equilíbrio, na verdade, com o crescimento das obrigações, dos benefícios da massa e de uma outra série de circunstâncias, esses benefícios previdenciários, eles estão crescendo mais do que os rendimentos tanto dos ativos reais, quanto dos ativos virtuais, estão conseguindo produzir.

Temos realmente essa equação a enfrentar. Como ela será possível de enfrentamento? Através de um novo plano de custeio. Esse plano de custeio está sendo estudado pela ParanaPrevidência, com a coordenação de todas as Secretarias de Estado, e estamos implementando essa proposta para que seja trazida aqui na Assembleia Legislativa, a fim de que possamos ter um novo equacionamento do sistema previdenciário do Paraná.

Já estamos antecipando essa nossa preocupação, porque entendemos que é tão delicada a situação do sistema previdenciário que na verdade não é uma questão política ou partidária, mas é uma questão de Estado.

O Deputado Rossoni diz muito bem, é uma questão que temos que resolver para não deixar para o próximo Governo, para a próxima gestão. Temos os instrumentos, temos as ferramentas, temos os recursos para equacionar essa situação que não é financeira, não é da Fazenda, mas é uma equação com base atuarial, de cálculos de reservas matemáticas, mas que implica, sim, na alteração da lei estadual que criou a ParanaPrevidência.

Em linhas gerais era esse o depoimento inicial que gostaria de prestar aos senhores e coloco-me à disposição para novos esclarecimentos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sinceramente, tudo o que V. Exa. colocou, concordo. Mas não entramos na questão que eu propriamente disse. Há um compromisso do Governo do Paraná com a ParanaPrevidência.

Não é cálculo atuarial, nada, é compromisso de capitalização que começaria em maio de 2005, um valor mensal que seria recolhido para a ParanaPrevidência.

O que é que ocorre? Nós tínhamos um compromisso - quando digo nós é o Governo do Paraná - a partir de maio de 2005. O Governo do Paraná não cumpriu esse compromisso. Por isso que fiz esse desafio ao Dr. Heron Arzua.

Desde 2005, o Governo do Estado não cumpre o seu compromisso com a ParanaPrevidência. Então, a ParanaPrevidência tem que haver do Estado, fora os cálculos de reajustes e de juros e de correção, desde maio de 2005 o Estado está inadimplente com a ParanaPrevidência.

Toda esta engenharia, que foi um grande feito do Governo do Paraná, não está sendo cumprida. Por isso, coloquei o desafio: o Governo atual não entregará para o próximo Governo as finanças em dia, porque vai ficar com uma inadimplência com a ParanaPrevidência desde o mês de maio de 2005.

Foi isto o que afirmei. O restante, que V. Exa. completou, contribui muito para eu ter mais conhecimento da ParanaPrevidência. Mas, que fica a dívida do Governo do Paraná com a ParanaPrevidência, não tenho nenhuma dúvida sobre isso.

O SR. HERON ARZUA

Deputado, não devemos um tostão para a ParanaPrevidência.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, quem deve, então?

O SR. HERON ARZUA

Os fundos são públicos, são do Estado. É o mesmo que tirar do bolso direito e por no esquerdo. O fundo previdenciário, o fundo financeiro, são fundos do Estado do Paraná. A ParanaPrevidência é apenas a gestora.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Se são públicos ou não são públicos, há um compromisso do Governo do Paraná com esse fundo público, desde maio de 2005, que não está sendo cumprido. Quem vai pagar isso no futuro? O Estado; mas e se o Estado não cumprir?

O SR. HERON ARZUA

Quanto é que nós pagamos do fundo financeiro por mês? Duzentos milhões?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Luiz Claudio Romanelli, por mais dificuldades que eu tenha - vou concluir, mas quero deixar registrado, porque isso será fruto de debate no futuro - quando foi feita a engenharia da construção da ParanaPrevidência, o Governo do Paraná, quem fosse o Governador, ficaria com o compromisso a partir de maio de 2005, uma contribuição mensal para aumentar a capitalização desse fundo. Não foi cumprida uma parcela. Nenhuma! Pergunto: quem vai pagar essa conta? O Estado. Mas então quem deve é o Estado! Quem deve, hoje, não é o Estado?

O SR. HERON ARZUA

O Estado não deve.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então, não vai dever no futuro?

O SR. HERON ARZUA

O Estado não deve. No futuro, vai dever menos ainda, porque pela nova Lei de Previdência, pela Constituição, com a reforma, os servidores públicos não se aposentam mais com seus vencimentos integrais. Eles passam a receber dentro da Lei de Previdência Geral. Vamos ter um passivo bem menor do que o imaginado. Essas contas que a ParanaPrevidência está fazendo. Essas contas que ela vai mandar para a Assembleia, o novo plano de custeio, para mostrar. E como disse o Desembargador Munir, este não é um problema do nosso Governo, do Governo futuro. É um problema do Estado do Paraná.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É um problema do Governo.

O SR. HERON ARZUA

Não, é um problema que vamos ter que resolver junto, é um problema geral do Estado. É um problema de Previdência. E a Previdência do Paraná, deixe-me dizer, é a melhor do Brasil.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu sei.

O SR. HERON ARZUA

Encômios para o Governo anterior, que idealizou este sistema. Este sistema é bom. Só que ele precisa ser atualizado, em função das novas circunstâncias.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deixe-me colocar, aqui, se o Governo do Paraná tivesse cumprido religiosamente este parcelamento de capitalização, a situação da ParanaPrevidência não seria ainda melhor?

O SR. HERON ARZUA

Mas, veja, você vai esterilizar dinheiro na ParanaPrevidência sem necessidade, quando nós temos necessidades atuais?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Como esterilizar? Não é esterilizar...

O SR. HERON ARZUA

V. Exa., no Governo, não faria exatamente o que nós fizemos?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Talvez fizesse. Mas, o que estou dizendo é que não se pode negar a dívida. Os servidores públicos, através da ParanaPrevidência, têm um haver do Governo do Paraná que não foi cumprido.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Deputado Valdir Rossoni, o senhor já colocou a questão...

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Só para dizer que no balanço da ParanaPrevidência, publicado em dezembro, na página 358 consta a dívida do Estado do Paraná com a ParanaPrevidência de 180 milhões. Isso consta no balanço da ParanaPrevidência, que reconhece a dívida do Estado do Paraná com a ParanaPrevidência.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Artigo 102 do Regimento Interno, faço uma questão de ordem.

Quantos minutos cada Deputado pode utilizar para fazer perguntas?

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Pelo o que fui informado a Mesa, de forma liberal, havia deixado o tempo livre, mas daqui para frente serão cinco minutos para cada um dos Srs. Parlamentares.

Então, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. pode concluir o raciocínio, mas vamos limitar o tempo em cinco minutos. V. Exa. obviamente haverá de, em um minuto, concluir o seu raciocínio.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não tenha dúvidas disso, mas serei conclusivo e talvez não seja apazível a minha conclusão.

O que me parece aqui é que quando começamos a trabalhar nesta Casa - e o debate aqui enriquece o nosso conhecimento - vem o limitador do tempo. Desculpe-me! É por isso que a nossa Casa está na situação em que se encontra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Desembargador Karam, o senhor tem o direito à tréplica.

O SR. MUNIR KARAM

Só um esclarecimento técnico a respeito da rubrica que foi levantada pelo Deputado Valdir Rossoni, que é essa chamada contribuição com financiamento. Apenas, gostaria de destacar para os Srs. Deputados como nasceu esse crédito dentro da ParanaPrevidência e quero aqui mencionar datas - não vou mencionar Governos porque seria até indelicado de minha parte, mas vou mencionar datas.

Uma parte desse crédito nasceu porque de maio de 1999 até abril de 2001 o Governo de então, por gestão do próprio Governo, repassou à ParanaPrevidência 64,08% da alíquota que lhe era devida e de maio de 2001 a abril de 2003 repassou 83,30% da alíquota que lhe era devida,

mas esses valores nunca tinham sido reconhecidos ou avaliados pela Secretaria da Fazenda.

Então, em 2005, com o Governo que sucedeu ao desta época, foi que a Secretaria da Fazenda, após o exame desses créditos, deliberou por fazer aquilo que se chama de conciliação ou o seu reconhecimento. Então, foi um crédito que chegou tendo como causas essas insuficiências que acabei de relatar e que ficaram registradas na Fazenda como conciliadas a partir de 2005.

Mas, depois, por questões orçamentárias, esse crédito foi compor as contas de compensação porque não se exigia a sua integralização imediata. Então, não é que não haja o crédito, porque ele existe atuarialmente e agora contabilmente. Mas, como eu disse, o que temos que fazer não apenas com essa rubrica mas com todas as outras é um reequacionamento, através de um novo plano de custeio.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Ok! O tema está bem posto. Quero passar a palavra ao nosso ex-Secretário de Planejamento, Deputado Enio Verri, que tem cinco minutos.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Secretário Eron, Dr. Nestor, meu grande amigo, o César, demais componentes aqui da Fazenda. Me parece que debater o orçamento, até eu fui indagado pela imprensa agora. Eu tive a honra de ser da equipe que construiu o orçamento para o ano de 2010. Primeiro ressaltar um conceito, que a única coisa certa no orçamento é a despesa, a receita é uma previsão, é um se Deus quiser vai dar tudo certo. E quero colocar isso porque de fato o nosso orçamento do ano de 2010 ele está indo muito bem, e acho até que a Secretaria da Fazenda cumpre o seu papel de ser conservadora, como lhe cabe, assim como o Banco Central, mas a perspectiva e expectativa que tenho é que nossa receita será melhor ainda.

Veja só, esse quadro aqui não está, e não pode contemplar esse crescimento chinês que está passando a economia brasileira. Porque quando você olha os dados você tem o ICMS crescendo acima do esperado, o que é um dado muito importante, mostrando que a economia do Paraná sempre responde primeiro que a média da economia nacional, isso é histórico na economia do Paraná, mostrando que a previsão nossa foi boa; o IPVA, nós sabemos, citando aqui o Deputado Rafael Greca, foi um gargalo burocrático, que tenho certeza que esse IPVA previsto será ultrapassado, porque como a economia vai bem e a venda de carros vai bem o IPVA também, com a nova metodologia, também resolverá. O que é importante ressaltar o tanto que a nossa receita será contemplada, e ela deve ser superior a isso, mostrando que os compromissos que esse governo assumiu no decorrer desses anos serão atendidos esse ano, e alguns que não foram também

serão atendidos, principalmente na área da Educação, até porque os 30%, isso é comum, chega ao final de novembro você descobre que a receita foi superior ao que se esperava e poderemos fazer isso, mesmo no final do ano, grandes investimentos.

Eu só quero esclarecer duas coisas, primeiro o conceito do fluxo de caixa, porque o 5%, a receita proporcional dá isso, mas as vezes o caixa não proporciona. É importante ressaltar isso, quando se paga em 30 de junho os 5% comprometido com os trabalhadores do Estado referente a maio e junho, logo a receita está bem, mas as vezes não tem o dinheiro na conta naquele momento. Então o que explica isso, a gente já sabia disso, é o 5%, é o conceito de fluxo de caixa. Tem receita, mas o dinheiro não tinha, você tem a receita mas o dinheiro efetivamente você vai ter alguns dias depois. Outro aspecto importante para esclarecer sobre as indagações do Deputado Rossoni, e com toda razão tem que ser feito esse debate, essa Casa é para isso mesmo, V. Exas. cumprem o papel quando fazem isso, é sobre as duas leis. A nº 16350 é o seguinte: É um projeto de mais de quatro anos feito pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento junto com a Secretaria de Planejamento, chamado Projeto de Inclusão Social. É um projeto que atinge as regiões mais pobres do Estado, motivando a agricultura familiar. Inclusive esse projeto do Paraná é um modelo no Brasil, outros Estados já estiveram aqui copiando esse projeto.

E nós não encaminhamos com a rapidez com que poderíamos ter encaminhado até por conta dos nossos limites na Secretaria do Tesouro Nacional. Como está prestes a ser resolvido, a Secretaria do Planejamento, o Executivo, o Governador remeteu isso a esta Casa, esta Casa aprovou, e a expectativa é que se não esse ano, no ano que vem esse projeto seja implementado. E também sobre a outra lei, que é a nº 16473, é o PAC Mobilidade. O PAC Mobilidade é um grande projeto que foi feito em comum do Governo do Estado com a Prefeitura de Curitiba, em parceria da SEDU com o IPPUC. Esse foi um projeto muito bom que muda todo um conceito de mobilidade da Região Metropolitana, em especial de Curitiba, visando o atendimento da Copa do Mundo. Mas é importante ressaltar aqui, Sr. Presidente, que esse PAC Mobilidade, ele não é um PAC voltado para Copa do Mundo, porque depois da Copa ele muda todo o fluxo de pessoas, de veículos, e cria condições para um tipo de mobilidade que nós não temos ainda em Curitiba e existe muito em outros Países, em outras grandes Capitais, em Países desenvolvidos, que é a criação de bicicletas. Então, me parece que o grande debate a ser feito é que a importância desses dois projetos aprovados por essa Casa são determinantes para o futuro do Paraná, a Casa foi muito correta em aprovar isso por unanimidade. E agora com a solução, na Secretaria do Tesouro Nacional, da nossa dívida, esperamos, que se não esse ano, o ano que vem, esses dois projetos possam ser implementados.

Muito obrigado.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Quero primeiro parabenizar o trabalho que o Heron faz na Secretaria da Fazenda junto com o Nestor, com o César com que já trabalhei quando fui Secretário de Administração do Paraná. Quero abordar um pouco sobre o ParanaPrevidência. Quando criei o ParanaPrevidência no Governo Jaime Lerner havia um problema muito grande da folha, do percentual que ela representava e os aposentados na folha. A ParanaPrevidência é um modelo para o futuro, pois iria desafogar a folha e com isso nos enquadrar dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso foi muito bem entendido, apenas o ex-Governador falou que não havia recurso, mas que eu tinha liberdade para tratar do assunto.

Fomos a Brasília com Mallam, conseguimos colocar os royalties no fundo, tinha coisa do século passado sem documentação que resolvemos para poder botar no fundo, contribuições novas. Dali para frente os novos aposentados receberiam suas aposentadorias do fundo de capitalização. E realmente ficou combinado um aporte que não aconteceu, mas deveria ter acontecido. Criamos na época o ParanaPrevidência e o SAS que hoje também está em situação delicada pois falta reajustar os valores *per capita* que os prestadores recebem. É uma questão de gestão. Quanto a isso concordo com o Heron e com o Nestor a quem, inclusive, considero os melhores Secretários que já passaram pela pasta.

A minha pergunta é: quanto é que o combustível representa no valor bruto na arrecadação do Paraná e o percentual que representa o total de arrecadação.

Muito obrigado.

O SR. HERON ARZUA

Com relação ao ICMS, os combustíveis são o item mais forte. Ele representa cerca de 20% do ICMS. E o ICMS representa 90% da receita tributária do Estado. Os combustíveis, a energia elétrica e as telecomunicações, podemos arredondar que isso representa em torno de 60% da arrecadação do ICMS. São itens muito caros para nós. Podemos mandar para V. Exa. isso em forma pormenorizada inclusive no futuro, o Paraná tem cerca, no cadastro do ICMS, cerca de 217 mil estabelecimentos. E temos 50 estabelecimentos que representam cerca de 60% da receita do Estado. Se formos a 100 empresas vamos a 90%. De um universo imenso de 217 mil temos 100 empresas que nos são caras e que representam. Essas empresas, dá para perceber, são a PETROBRAS, basicamente, a COPEL, e agora as empresas de telecomunicações. Então, a receita do Estado se apoia muito nesses segmentos. E, para o futuro, vamos ter que nos organizar tecnologicamente, esses itens devem diminuir, em função dos novos avanços científicos que estão ocorrendo. Então, o Estado vai ter que se preparar para investir em novos setores.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Próximo orador inscrito Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Secretário, tenho três questionamentos, mas gostaria de falar, primeiramente, dos investimentos em Segurança Pública. Vou falar rapidamente, porque me parece que está extremamente claro que o Governo Estadual não fez o investimento necessário nessa área. Gostaria de deixar alguns números. Em 2002, o Estado do Paraná aplicou em Segurança Pública o equivalente a 10,39% da receita tributária. Em 2003, Secretário, apenas 9,06% e, agora, em 2009, o percentual aplicado equivale a 8,36% da receita com tributos. Isso enseja mais ou menos em torno de R\$ 292 milhões que, infelizmente, não foram investidos na área de Segurança no nosso Estado, e estamos passando por problemas sérios, principalmente com relação ao tráfico de entorpecentes, à proliferação do crack. Gostaria de deixar registrado aqui nesta Audiência Pública.

Quero também fazer um questionamento diretamente a V. Exa. a respeito dos investimentos em Saúde. Desde 2004, o Estado vem agregando despesas esquisitas, estranhas à função da Saúde, visando cumprir o limite de 12% que está estabelecido na Constituição Federal. Ocorre que nas despesas estão sendo computados alimentação, nutrição e saneamento básico. Secretário, eu fiz um cálculo retirando essas duas contas da apropriação, o limite aplicado cai de 12,08% para 11,52%, ou seja, inferior ao limite obrigatório. Pergunto ao Secretário: houve algum alerta nesse sentido com relação a essas diferenças? A Secretaria concorda ou não que essas despesas com relação à nutrição e saneamento básico deveriam ser consideradas como despesas de Saúde? Este é um questionamento.

A terceira pergunta que faço, e tem uma preocupação muito grande deste Parlamentar e, também, acredito que da Bancada de Oposição, com relação à questão da substituição tributária, mais especificamente com relação aos medicamentos. A Assembleia aprovou, fizemos algumas considerações, na época, mas infelizmente não foram levadas em conta as nossas emendas, perdemos algumas emendas.

Com relação à substituição tributária na área de medicamentos é o que me preocupa muito, porque caiu a alíquota de 18% para 12%, porém, na verdade, é sobre o valor máximo de venda do produto. O que está acontecendo, hoje, é que muitos medicamentos estão com impostos maiores até mesmo do que os valores dos produtos. Eu posso até citar exemplos, como é o caso do Omeprazol e outros. Então, gostaria de fazer uma solicitação a V. Sa. e à Secretaria da Fazenda, para que a Secretaria pudesse me informar quanto foi arrecadado nos anos

de 2008/2009, e quanto foi o aumento na arrecadação de tributos com relação a medicamentos, nesse último ano, porque vamos precisar fazer algumas alterações.

Precisamos fazer algumas mudanças, porque o medicamento encareceu e muito no Estado do Paraná, os donos das farmácias estão passando por problemas graves com relação a essas alíquotas sobre o valor máximo, e vamos, inclusive, promover uma Audiência Pública nos próximos dias aqui na Assembleia Legislativa, para que possamos sanar esse tipo de problema que está ocorrendo. Então, gostaria de fazer estas colocações, Secretário.

O SR. HERON ARZUA

Bom, com relação à Segurança Pública, a Secretaria da Fazenda apenas paga, mas tenho impressão que se fizermos as contas direitinho, quanto é que o Governo gasta, se fizermos com relação à Educação, Segurança, Saúde, a proporção é muito grande. Quando entramos em 2003, gastávamos o orçamento que nos foi apresentado, tínhamos que dar 4% à Saúde, quando o mínimo era 12%. Então, houve efetivamente, sim, um deslocamento de vários setores, para os itens de Saúde e Educação, que passou de 25 para 30%. A Saúde e a Educação foram itens prioritários. Não conheço o problema de Segurança e o Dr. César depois poderia complementar essa parte, em relação aos números que a Secretaria da Segurança gastou.

Com relação ao segundo item, a Saúde, com relação a essas despesas, essa é uma discussão, um conceito. No CONFAZ, o órgão que reúne os Secretários da Fazenda, aqueles que entendem dizem que você tem que gastar em Saúde e não em doença. O conceito originário é Saúde. A Constituição que não foi regulamentada, existe uma proposta no Congresso Nacional, que não tem tido êxito, porque há controvérsias sérias a respeito da interpretação da Constituição. Não tenho nada com isso. Fico tranquilo olhando a Constituição Federal, que essas despesas que V. Exa. está fazendo de nutrição, saneamento, leite, disso e daquilo, embora a Gazeta do Povo não concorde, são sim efetivamente despesas com Saúde. Se quisermos ser mais restritos, então vamos regulamentar. Mas assim mesmo, se essa emenda sair com ela está redigida, não tenha dúvida de que os Estados unanimemente irão entrar com uma ADIN, considerando inconstitucional. A não ser que você mude o conceito de saúde para doenças.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

O Estado investiu (12,08) e está no limite. Se o Estado tivesse investido 13%, talvez, não estaríamos discutindo a questão de saneamento básico, de alimentação e de nutrição. Estamos falando de investimento mínimo.

O SR. HERON ARZUA

Esse é um negócio imponderável. Você, como Secretário da Saúde, como vai saber quanto vai gastar?

É a coisa mais difícil do mundo! Fico até admirado de termos 12,04 ou 11,52, porque é um desespero! Chega no mês de dezembro, a Secretaria da Saúde enlouquece, temos que comprar remédio, jogar dinheiro fora, para cumprir um índice. Isso não está certo! É alguma coisa que está errada!

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Mas, Secretário, isso está previsto na legislação e é lei.

O SR. HERON ARZUA

Sim. O Estado do Paraná é um dos que cumprem a lei. Há Estados em que 12% são demais e em outros é insuficiente. Você não pode fixar como está, 12%, uniformizar em Saúde. Essas vinculações todas são completamente fora do quadro.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

O que seria ideal para o Estado do Paraná, Secretário, nas sua opinião?

O SR. HERON ARZUA

Não sei dizer. Sou caixa, pago o que vem da Secretaria da Saúde e não questiono.

Você me perguntou se eu tinha um conceito. O meu é de Saúde. Eu, como advogado, interpretando a Constituição Federal, acho que cabe, sim. É uniforme no Brasil e não só no Estado do Paraná. Todos os Estados estão entendendo desta forma.

V. Exa. leu a reportagem na Folha de São Paulo, outro dia, tem Estados que colocam coisas que podem ser questionadas. Mas enquanto não sair uma regulamentação, por lei complementar, os Estados têm certa mobilidade em entender que o leite de graça para as crianças é sim um aspecto de Saúde.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Com relação ao último questionamento, sobre a substituição tributária dos medicamentos.

O SR. HERON ARZUA

Os medicamentos, fora da substituição tributária, que aliás fomos nós que a tiramos em 2003, dos medicamentos, em função e que a substituição tributária só funciona se nos Estados vizinhos também tiver o mesmo regime. Não dá para eu instituir um sistema de substituição tributária de remédio e São Paulo, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul não entrarem, porque os produtos entrarão aqui sem pagar imposto.

O que estava havendo com os remédios - essa foi uma identificação muito comum - é que ninguém - estava pagando coisa nenhuma. Os pequenos já não pagavam, porque estão isentos, são microempresas, farmácias pequenas, e os grandes deixavam, como deixam até hoje, para a dívida ativa e depois garantir a execução com precatórios do Estado. Tem uma rede que depois que entrou a restituição tributária, entrou em dificuldades por causa disso.

Então, existe um sistema de avaliação. Mandamos para a Assembleia um projeto que está correndo, fazendo um ajuste fiscal na restituição tributária, que resolveria esse problema de margem de valor. Se o varejo vendesse por um valor maior do que o estimado na fonte, na indústria, nos laboratórios, você teria restituição. Se você fizer a menor, terá que pagar. Únicas formas de você solucionar a questão do valor agregado dos remédios. Você falou do Omeprazol. São centenas de itens e fazemos a margem de valores agregados, mais ou menos um protocolo para o Rio Grande, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, para termos mais ou menos os nossos valores. Agora, estamos preocupados com o que está acontecendo porque as pequenas empresas - e daí porque diminuimos a alíquota dos remédios - elas pagavam 1, 2, 3%. E, de repente, passaram a pagar 18. Agora, esse é um problema que tem que ser gerenciado junto com os demais Estados.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

No caso dos medicamentos, realmente existe um artigo na lei que fala sobre a restituição. Mas, no caso dos medicamentos é impossível fazer a restituição porque são milhares de medicamentos, dezenas, centenas de distribuidores. Então, é impraticável. No caso dos medicamentos teríamos que fazer uma outra correção.

O SR. HERON ARZUA

Você não precisaria restituir. Cada empresa faria o seu acerto contábil. Ele recebeu um medicamento por 100, vendeu por 80, automaticamente ele faz um crédito na sua conta gráfica. Você tem o valor de cada medicamento. Você tem o valor da fábrica, do laboratório, e do quanto você vendeu. É automático.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não seria mais interessante fazer como acontece em Minas Gerais que é sobre o valor mínimo do produto? De repente seria o mais honesto.

Então, queria convidá-lo para participar dessa Audiência Pública com todas as farmácias do Estado do Paraná, aqui na Assembleia Legislativa. Acho que é um assunto muito importante para poder debater mais aprofundadamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Próximo orador e último inscrito, Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, só lamento que uma Audiência tão importante como esta em que está se passando as finanças do Paraná a limpo, discutindo, qualquer Deputado pode perguntar, tenhamos no plenário neste momento seis Deputados. Isso é uma vergonha para o Paraná! Seis

Deputados no plenário quando se discute a questão financeira do Estado do Paraná. E depois, preciso ouvir demagogia de alguns Deputados que não vêm aqui fazer a pergunta quando tem que fazer. Lamento profundamente Sr. Presidente que num dia de Sessão esta Casa “levando pau para todo lado”, tenhamos meia dúzia de Deputados participando desta Sessão. A Sessão mais importante do Parlamento. Precisava registrar isso.

Queria agradecer ao Dr. Nestor pelas palavras, vindo de V. Exa. fico feliz. Quando vejo alguns idiotas, alguns burros falarem de Saúde aqui, fico feliz em ver que hoje o nosso hospital regional está fazendo as primeiras cirurgias. Famílias humildes fazendo cirurgias hoje. Uma Cidade que nunca teve um hospital regional, Londrina há 40 anos já tinha, Maringá 30 anos, Cascavel 20 e nós jogados no lixo e eu vejo alguns burros falarem de Saúde aqui ainda, quando a Cidade recebe o maior investimento da história. Aquilo não é casinha de boneca. Aquilo é Saúde de verdade que estamos recebendo. E se leite não for saúde, pelo amor de Deus! Deputada Rosane, vamos mudar, se leite não for saúde para a criança, vamos fechar o Governo. Se um Governo que dá leite para as crianças não é saúde, então, pelo amor de Deus, temos que reinventar a roda. O leite é a coisa mais maravilhosa que pode existir no mundo para uma criança. E quando o Governo se propõe a dar leite algum idiota a nível nacional, estadual vem querer debater o custo do leite, como o esgoto também, se debate a questão do esgoto, saneamento básico, saneamento básico é importantíssimo que ajuda a saúde também. Mas isso é coisa de gente que estudou demais e não andou com o povo. É só isso.

Eu queria, Sr. Presidente, pedir autorização, eu tenho uma dúvida, Dr. Munir, tenho em minhas mãos cópia de um documento que recebi do Colégio de Procuradores de Justiça, Ata da 3ª Sessão Extraordinária, ano de 2009 - ParanaPrevidência - o Deputado Rossoni falou aqui e não está presente agora, mas me chamou a atenção este protocolo e gostaria de ouvir sua opinião sobre isso.

(Lê):

Protocolo 3903/09; Associação Paranaense do Ministério Público; objeto, convênio Ministério Público; ParanaPrevidência; relator: Procurador de Justiça José Deliberador Netto. O senhor relator expôs a matéria ponderando que o PARANACIDADE deixou de repassar alguns valores devidos aos aposentados. Disse que em decorrência deste fato o Colégio de Procuradores de Justiça formou comissão para apreciar o tema, a qual se reuniu em uma oportunidade. Argumentou que o Ministério Público não devia permitir que tal inadimplência permanesse, apontando que a instituição é solidária na obrigação de pagamento e que deveria, portanto, efetuar a complementação dos valores cobrados posteriormente da ParanaPrevidência. O Sr. Presidente, explicou que o Instituto Previdenciário deixou de pagar valores utilizando interpretação já superada pelo CNJ e passou essa administração a pagar parceladamente a partir do mês de

dezembro próximo passado o ATS devido aos membros do Ministério Público ativos e inativos vinculados ao fundo financeiro.

Ocorreu que a referida folha de pagamento, foi devolvida pelo ParanaPrevidência solicitando a elaboração de uma outra e que não estivesse presente o cálculo, a aplicação do limitador constitucional.

Pergunto ao Presidente da ParanaPrevidência: se é verdadeira esta informação que o Ministério Público pagou além do que determina a lei e que passou do limitador constitucional ao tomar numa decisão desse colegiado, mandou pagar sem autorização da ParanaPrevidência que dá aqueles salários que outro dia se viu aqui, de 40, 50, até R\$ 48 mil de um membro do Ministério Público, de um promotor.

Gostaria de ter esclarecimento porque estou em dúvida, recebi esse documento e acho que é importante, o Paraná saber se pagou algo sem que a ParanaPrevidência autorizasse.

É minha dúvida, Sr. Presidente, e ao Presidente da ParanaPrevidência.

O SR. MUNIR KARAM

Agradeço a intervenção do Deputado Jocelito Canto também, sempre muito interessado nas questões previdenciárias.

E de fato houve esta divergência a respeito da remuneração do chamado ATS, ou seja, Adicional por Tempo de Serviço, porque durante um determinado período, seis a oito meses, entendeu-se que estes adicionais estavam incorporados aos subsídios dos membros do Ministério Público e também da magistratura. Depois houve uma interpretação do Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, entendendo que os subsídios haveria de prevalecer depois daquele interregno, mas antes dele as vantagens pessoais poderiam ser incorporadas, essa foi a decisão.

Então, a discordância residuiu nesse ponto, porque apesar do Supremo e do STJ entenderem que este adicional de tempo de serviço, os chamados quinquênios, 5% a cada cinco anos, pudessem ser incorporados antes daquele interregno de seis a oito meses a nossa interpretação é de que em qualquer hipótese deveria ser respeitado o limitador constitucional. O Ministério Público interpretava diferentemente: que não, que na verdade era possível incorporar aqueles 35% de forma separada do principal e só haveria o corte se este valor agregado superasse o teto constitucional. Em face da nossa divergência, eu lhe sou sincero, nós não pagamos, porque o nosso Secretário Heron Arzua disse uma coisa muito importante, ele falou assim: “Eu sou caixa, não questiono.”

Mandamos uma conta todo mês à Secretaria da Fazenda, Dr. Nestor, de R\$ 220 milhões, eles nunca nos contestaram, nunca nos questionaram, mas eles sabem que somos sérios, responsáveis, exercemos uma fiscalização permanente nestas contas, fazemos questão de que estes arquivos sejam refinados ao máximo para não haver

pagamentos inconsistentes ou incongruentes. Então, só nos sentimos competentes para processar a autorização de um pagamento desde que todos os seus fundamentos estejam devidamente demonstrados. A partir dessa dúvida, respeitamos o limitador constitucional, o que ocasionou uma divergência com o Ministério Público, que resolveu pagar essas diferenças às suas próprias expensas. Porém, alguns meses mais tarde houve um aumento de 8% nos subsídios dos Magistrados e dos Procuradores. Então, com este aumento este valor agregado se encaixou no limitador constitucional e, a meu ver, a situação ficou devidamente regularizada.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, tenho uma dúvida, estou com a ata aqui e ela diz que o Ministério Público vai cobrar essa conta, na sequência, da ParanaPrevidência. O senhor vai fazer o pagamento mesmo que esteja na inconstitucionalidade? Porque diz aqui que eles tomaram a decisão que iam pagar mesmo com os absurdos de um promotor público recebendo R\$ 48 mil num mês. O servidor do Paraná, quando tem algo a receber, é obrigado a ir para a lista de espera, como nós chamamos, os precatórios, ele sempre é obrigado a esperar. Coitado. O servidor morre, fica para o filho dele receber em precatório e o Ministério Público paga sempre adiantado. E eles dizem aqui nesta ata, Dr. Munir, que eles vão cobrar da ParanaPrevidência, que devam o aumento e iriam cobrar depois. A ParanaPrevidência vai fazer esse pagamento que antes achou ilegal?

O SR. MUNIR KARAM

É como eu lhe disse: a ParanaPrevidência, após o aumento dos subsídios, quando aquelas diferenças se enquadram dentro do teto estabelecido, resolveu fazer a equalização desta dívida em relação àqueles Procuradores que tinham recebido isoladamente, por adiantamento, os seus subsídios, essas diferenças pela Procuradoria Geral de Justiça. Depois que foi aumentado o subsídio e que entendemos que aí houve o devido enquadramento, fizemos a equalização com o Ministério Público.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Já foi pago?

O SR. MUNIR KARAM

Fizemos uma compensação com eles.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

E não teria que entrar em precatório, por serem contas antigas, lá de trás, que não são de agora?

O SR. MUNIR KARAM

Essa pergunta também é importante. Como disse no início, temos dois fundos: o fundo financeiro e o previdenciário. O fundo financeiro, que é por conta da Fazenda, todos os créditos do fundo financeiro são

pagos via precatório. Agora, o fundo previdenciário tem os seus recursos que hoje ultrapassam R\$ 5 bilhões. Então, quando se trata de créditos de integrantes, de servidores aposentados ou pensionistas do fundo previdenciário, é essa a grande vantagem, eles poderem receber os seus créditos independentemente dos precatórios. Nesse caso que V. Exa. se referiu, seriam em torno de 12 ou 13 promotores de Justiça, com uma diferença, no total, em torno de R\$ 220 mil. Eram valores relativamente pequenos e que puderam ser compostos sem maiores dificuldades.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Gostaria de dizer que vou buscar mais informações, não estou satisfeito. Acho que quando um servidor público do Estado precisa receber algo atrasado ele fica na fila de espera, como é a URV hoje. A URV, nenhum dos pobres trabalhadores recebeu há 15 anos atrás, nenhum, policial, professor, ninguém recebeu. Mas todos os membros do Ministério Público receberam há 10 anos atrás e não foi precatório.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Muito bem. Acho que encerramos os oradores. Ainda há um Deputado que deseja fazer uso da palavra. Concedo a palavra ao Sr. Plauto Miró Guimarães.

Deputado Plauto Miró (DEM)

O SR. PLAUTO MIRÓ

Quero fazer uma saudação ao Secretário Heron e a toda a sua equipe que está aí. Tenho uma curiosidade: informações que chegaram até nós dizem que a arrecadação do IPVA, neste ano de 2010, caiu 4,69% no primeiro quadrimestre. O equivalente a 34,7 milhões. A pergunta é se essa sistemática de não se emitir o boleto para o contribuinte fez com que o contribuinte viesse a parcelar o seu pagamento, o que acabou originando numa não receita de um pagamento à vista do tributo. É isso mesmo?

O SR. HERON ARZUA

Já perguntei à Coordenadoria da Receita se aquela decisão de não enviar os boletos foi uma decisão boa, ou deveríamos voltar e passar a entregar. Uma das explicações que me deram, só vamos saber essa queda quando terminar o exercício, porque grande parte das pessoas, este ano, resolveu pagar parcelado. Parece que o desconto de 5% foi insuficiente para incentivar uma pessoa a pagar à vista. Uma das razões que identificamos foi o valor dos veículos. O valor dos veículos em 2008, IPVA de 2009, tinha o IPI cheio em todos os automóveis. O IPI de 15, 20% conforme a marca do automóvel, engrossava o valor do automóvel e o IPVA era calculado sobre esse valor. Em 2010 tivemos, em função de o Governo Federal ter tirado o IPI para estimular a economia no ano de crise, o valor dos automóveis caiu muito. Inclusive houve reclamações aqui da parte da Assembleia que em 2009 estávamos

cobrando IPVA sobre o valor excessivo se comparado com o valor dos novos automóveis. Mas isso era em função do Imposto sobre os Produtos Industrializados. Isso já identificamos, é uma causa pequena no valor dos automóveis.

Não sei dizer a V. Exa. se o fato de não termos enviado os boletos, se isso ocasionou uma rebaixa. Posso dizer que no meu caso sim, porque não recebi o aviso e esqueci de pagar. Depois fui pagar. Não me lembrei dessa circunstância. Pode sim, ter sido uma das razões. Se verificarmos que o não envio dos boletos, que era aproveitado por cerca de 25%, foi uma das causas da queda do IPVA, nós sim, vamos ter que voltar atrás e emitirmos outra vez.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Comigo aconteceu isso, a minha esposa esqueceu de tirar, quando viu perdeu o desconto e parcelou.

O SR. HERON ARZUA

Muita gente está parcelando. Temos percebido que no final vamos recuperar. Não vai ser igual à arrecadação de 2009, mas aí sim, em função de que o valor dos automóveis o IPI compõe o preço. Você tirando o IPI como o Governo Federal tirou praticamente o ano inteiro, quando foi feita a tabela pela FIPE, pela Fundação de São Paulo, ela pegou o valor sem o IPI. Isso está acontecendo em todos os Estados.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

No próximo ano a vontade e a direção da Secretaria é fazer novamente o procedimento, da mesma forma de não encaminhar o boleto.

O SR. HERON ARZUA

Se valer o meu voto, vamos mandar. Tem uma comissão, eu já fui voto vencido no ano passado, se valer o meu voto, pretendo convencer a Comissão do IPVA que isso seria importante.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O Secretário Heron, quer dizer, se valer o seu voto na eleição, porque o Governo no ano que vem não é o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Mas o Estado continua e o Governo também. É que a decisão certamente é agora, e ao invés de mandar os boletos pode se mandar um aviso, que vai ter um custo menor e vai atingir o mesmo objetivo de alertar o proprietário do veículo

Quero aqui agradecer a todos.

(Leitura do Regimento sobre o tempo do uso da palavra)

Nobre Deputado Elio Rusch, se deseja fazer uso da palavra tem cinco minutos.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradecer o Presidente, agora, Luiz Claudio Romanelli, também agradecer a presença do Secretário Heron Arzua, com o Nestor, com toda a sua equipe técnica, os Parlamentares que participaram nesta Sessão.

Com toda certeza algumas dúvidas foram esclarecidas, outros fizeram ainda para serem esclarecidas. Acho que é isso que traz o bom convívio entre o Executivo e o Legislativo, na discussão. Aqui é o Parlamentar, falar, conversar, e trocando ideia e discutindo é para aperfeiçoar exatamente a questão pública.

Temos conversado muito com o Dr. Heron, e também com o Nestor sobre as questões do Estado do Paraná. Eu não me canso de dizer desta tribuna que todos nós somos passageiros, o que permanece são os nossos atos e as nossas ações. Não somos Oposição, pelo bel-pazer de ser Oposição. Somos Oposição porque os eleitores nos colocaram na Oposição. Oxalá que o ano que vem possamos ser Governo. Mas, independente de Governo ou Oposição, o que temos em mente é o Estado do Paraná. Porque se o Paraná vai bem, os paranaenses vão melhor. Acho que as finanças do Estado do Paraná, hoje nas mãos do Secretário Heron Arzua, junto com toda a sua equipe técnica, já tenho enaltecido, elogiado o seu trabalho. Embora, em muitos pontos há divergências que nós discordamos. Uma das divergências que tivemos foi na questão das Audiências Públicas em relação ao aumento do ICMS sobre 60% do bolo do Estado do Paraná. Como V. Exa. disse hoje, também, é proveniente da comunicação, do combustível, da energia elétrica e da bebida alcoólica, 60% forma esse bolo que teve um aumento de 2% na alíquota, não 2% do imposto e se você multiplicar dá muito mais.

Na verdade contando por fora e por dentro, existe uma outro cálculo difícil se conseguirmos explicar para que a pessoa possa entender em casa. Mas, temos como Parlamentar, independente da nossa posição como Oposição, independente acredito que os Deputados que são da base do Governo, temos responsabilidade com o Estado do Paraná e isso que queremos fazer como Oposição e amanhã depois como da base do Governo também.

Agradeço a presença de todos, estive conversando com o Dr. Munir, sobre a questão da ParanaPrevidência, que é algo preocupante efetivamente. A ParanaPrevidência e como todos nós somos passageiros, ela não é do Governo, ela é da Assembleia, ela é do Estado e quando falo do Estado ela é dos funcionários, cabe a nós fazermos com que ela possa sobreviver e dar a garantia efetivamente para os funcionários que hoje estão na ativa e amanhã estarão inativos.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Secretário, só para dizer que Audiência Pública sobre tributação dos medicamentos vai acontecer aqui na Assembleia no dia 13 de julho. Gostaria muito de poder contar com a presença de V. Exa. aqui na Casa do Povo.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Claudio Romanelli**)

Chegamos ao final dessa Audiência Pública para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agradeço a todos os Srs. e Sras. Parlamentares, que estiveram presentes na Sessão, bem como ao Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Heron Arzua; ao Dr. Nestor Bueno; nosso Diretor Geral, uma pessoa que todos nós que o conhecemos há tantos anos, sabemos que é uma pessoa que tanto contribuiu com esse Estado. Mesmo se restabelecendo fez um grande esforço para estar aqui hoje, muito grato, com sua presença e claro, mais do que tudo a sua dedicação à causa pública. É uma honra muito grande tê-lo aqui e toda a equipe que acompanha, a todos que aqui vieram e ao nosso prezado ParanaPrevidência o Desembargador Munir Karam, que aliás, muito tenho aprendido em relação à Previdência.

Penso que a sociedade paranaense ganhou muito com esta Audiência Pública, porque aqui debatemos de forma clara e objetiva todos os assuntos e principalmente sobre o equilíbrio das finanças públicas do Estado do Paraná, sobre a gestão do Governador Requião e também de um mês da gestão do Governador Pessuti.

Justifico aqui a ausência do Líder do Governo Deputado Caíto Quintana, que por conta da Audiência com o Presidente da República, foi pelo Governador Pessuti convidado a ir a Brasília e não pôde estar aqui presente.

Acho que todos os Deputados que aqui tiveram da bancada de apoio ao Governo muito bem se expressaram.

Obrigado a todos, obrigado ao Dr. Heron Arzua que possamos continuar aqui sempre debatendo aquilo que é do interesse público.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Presidência

Atos

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 008/10

SÚMULA:

Nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidos pelo artigo 19 do Regimento Interno deste Poder Legislativo e artigo 6º do Decreto Legislativo nº 052/84, tendo em vista o contido no Protocolado nº 7.707 de 18/05/10.

CONSIDERANDO:

Que a Comissão de Sindicância Administrativa estabelecida pelo Ato nº 005/10 desta Presidência, ao término dos trabalhos de apuração das irregularidades noticiadas pela imprensa no âmbito administrativo do Poder Legislativo concluiu pelo procedimento de processo

administrativo, bem como pela adoção das medidas cabíveis contra os envolvidos na presunção de autoria e contra os co-autores citados no relatório da referida comissão,

R E S O L V E :

I - Determinar, com fundamento no artigo 314 e seguintes, da Lei Estadual nº 6174/70 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná) e, subsidiariamente, com base na Lei Federal nº 9784/99 que regula o processo administrativo, a instalação de Comissão de Processo Administrativo, integrada pelos seguintes servidores:

PRESIDENTE: Nilton Barbosa, Matrícula nº 41.055, Procurador.

SECRETÁRIO: Hector Vinícius Wagner, Matrícula nº 40.754, Consultor Legislativo.

MEMBRO: Ana Beatriz Prado: Matrícula 40.206, Secretário de Comissão.

2 - Autorizar a Comissão a recorrer à assistência de técnicos e peritos, nomeadamente de órgãos especializados da Administração Estadual (artigo 317 da Lei nº 6174/70) ou, como auxiliares, servidores estáveis do Quadro Próprio deste Poder Legislativo (artigo 315).

Publique-se e cumpra-se.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 19/05/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0538/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4136, datado de 14/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a CINTHIA BEATRIZ FERNANDES LUIZ MOLINARI, com Matrícula sob nº 40392, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-03, com lotação na Diretoria de Pessoal, 03 (três) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22/12/97 a 11/12/02 conforme assegura o artigo 247, parágrafo único, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 27/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0739/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5306, datado de 10/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a WILMAR JOSÉ GOUVEIA, Matrícula nº 40126, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBA-04, com lotação na Diretoria Geral, 06 (seis) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 22/12/97 e 22/12/07 conforme assegura o artigo 247, parágrafo único, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requerer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 25/05/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2202/10

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

exonerar, a funcionária MUNA BITTAR, Matrícula nº 40010, do cargo de Subcoordenadora de Expediente e Arquivo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 31/05/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral***Portarias*****PORTARIA Nº 0409/10**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4136, datado de 14/04/10, deste Poder,

R E S O L V E :

1 - mandar contar em favor de CINTHIA BEATRIZ FERNANDES LUIZ MOLINARI, Matrícula nº 40392, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUD-03, seis (06) meses relativo ao dobro de uma licença especial para todos os efeitos

legais, por não haver se afastado do exercício de suas funções no período compreendido entre 21/12/92 e 21/12/97, nos termos do artigo 248, da Lei Estadual nº 6174/70; e 2 - mandar revogar as Portarias nºs 014/95 e 169/95 por serem indevidas.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27/04/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0449/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8093, datado de 31/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, CARLOS ROBERTO DE CARVALHO, Matrícula nº 40550, de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 25/05/10, com término em 27/09/10, CID 10 F 10.2.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/06/10.

ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0450/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7850/10, datado de 24/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar em favor de PAULO FERNANDO NEIVA DE LIMA, Matrícula nº 40097, funcionário estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBB-02, seis (06) meses relativo ao dobro de uma licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções no período compreendido entre 22/12/92 e 22/12/97, nos termos do artigo 248, da Lei Estadual nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 02/06/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0456/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 8256, datado de 01/06/10, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar a disposição da Comissão de Assuntos Metropolitanos, o funcionário JOÃO BATISTA JUNIOR, Matrícula nº 41174, deste Poder Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07/05/10.

(a) ERON ABOUD - Diretor Geral